

# ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE EMIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESIGUALDADE NO VALE DO JEQUITINHONHA, MG

Tatiana Cristina Brant<sup>1</sup>  
Ricardo Alexandrino Garcia<sup>2</sup>  
Carlos Fernando Ferreira Lobo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - IGC/UFMG

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - IGC/UFMG

## RESUMO:

O presente estudo examina se o desenvolvimento regional e a desigualdade estão relacionados à saída de população na região, tomando como referencia as melhorias da desigualdade de renda no Brasil nos últimos anos. Ainda, é objetivo deste trabalho correlacionar algumas das variáveis demográficas e sociais aos termos propostos. Será oferecida uma breve revisão da literatura concernente à migração, desenvolvimento e desigualdade social e, em seguida, realizar-se-á uma análise de dados através da correlação de variáveis como população residente, população urbana, população rural, taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer, razão de dependência e emigração, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Gini, Rendimentos médios dos ocupados, Renda *per capita*, Renda per capita dos pobres, Renda *per capita* dos extremamente pobres e Renda *per capita* dos vulneráveis. Parte dos resultados encontrados neste estudo corrobora com outros estudos já realizados sobre a região, porém peculiaridades encontradas referentes à relação entre emigração, desenvolvimento e desigualdade abrem espaço para novos questionamentos e o aprofundamento das investigações.

**Palavras-chave:** Vale do Jequitinhonha, Emigração, Desenvolvimento, Desigualdade

**ÁREA TEMÁTICA:** Demografia

## 1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da migração sempre esteve presente na história da humanidade e a sua complexidade e diversidade ainda motivam inúmeros estudos sobre o assunto. Gonçalves (2001, p. 173), afirma que “as migrações costumam figurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais”.

A migração correlaciona-se a vários aspectos sociais e integra-se a campos teóricos multidisciplinares. Jansen (1969 *apud*, GONÇALVES, 2009), afirma que a migração é um problema do campo da demografia, da política, da economia, da sociologia e também da psicologia. Além de influenciar a dimensão de origem e destino das populações, afeta o campo das relações políticas, pode ser causada por desequilíbrios econômicos e ainda, desempenha papel importante no campo das relações sociais e culturais.

Genericamente, migração corresponde ao movimento e a realocação de pessoas de um espaço para o outro, porém não deve ser reduzida à simples ação de deslocamento por estar relacionada a diversos aspectos da vida social. A compreensão de como a população se distribui e movimenta entre regiões diversas é de extrema importância para a formulação de políticas que procurem diminuir as desigualdades, aumentar as oportunidades e planejar uma melhor forma de integrar essa população no espaço.

O Vale do Jequitinhonha, historicamente sempre foi uma região marcada por intensos movimentos migratórios. No século XVIII, a riqueza decorrente da mineração de ouro e diamante atraiu grandes fluxos de população para as áreas mineradoras do Serro, Diamantina, Minas Novas e Grão-Mogol, no Alto Jequitinhonha. Em meados do século XIX, o desenvolvimento da pecuária extensiva e da agricultura no Baixo e Médio Jequitinhonha deu início a um novo ciclo migratório e atraiu um número considerável de imigrantes vindos de outras regiões de Minas Gerais ou do Nordeste brasileiro.

Ribeiro e Galizoni (2000) asseguram que existem registros de emigrações permanentes no Vale do Jequitinhonha desde os meados do século XIX, quando famílias começaram a sair em busca de terras férteis para cultivo e novas áreas para a mineração. Nas últimas décadas, o declínio das atividades da mineração e da pecuária, associados a

outros fatores como “falta de investimentos, fracassos dos planos do Estado, atraso das elites locais, carência de infraestrutura, aridez climática, isolamento e abandono” (MATOS; GARCIA, 2010, p. 98), contribuíram com a estagnação econômica da região, provocando a expulsão sazonal ou permanente de populações.

Ribeiro e Galizoni (2000) certificam que a migração associa-se às condições de produção, ao meio ambiente e a sua capacidade de suporte, à sustentabilidade da exploração, à reprodução da população. Notadamente, a seca também constitui um fator importante para o entendimento dos movimentos de migração sazonal, principalmente, tomado como elemento sempre presente na história de migração do Vale.

O estudo de Matos (2000) sobre a população e os movimentos migratórios da região, onde foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 1991, revelaram que a região perdeu grande efetivo populacional no período de 1980 a 1990. O estudo destacou ainda que 55% dos emigrantes procedentes de movimentos migratórios sazonais eram originários de áreas economicamente deprimidas do Vale e o movimento rural-urbano predominava na estrutura migratória da região.

No Vale do Jequitinhonha, região onde o número de populações que ainda vivem no meio rural é bastante significante, a migração tem sido uma prática recorrente. Segundo Botelho (2003), nos anos iniciais do século XX, as saídas de populações das áreas rurais com destino às regiões limítrofes eram bastante comuns. Neste período, tais fluxos direcionavam-se, principalmente, para o interior de São Paulo, para a colheita do café, ou para os Estados do Paraná e Goiás, para a colheita da cana-de-açúcar. A partir da década de 60, com a modernização da agricultura, algumas culturas se intensificaram e passaram a absorver grande contingente de pessoas para o trabalho nas lavouras de laranja, da cana-de-açúcar e do algodão e, grande parte da mão-de-obra utilizada nesses processos produtivos, é originária do Vale do Jequitinhonha.

Mendonça et al. (2013), apontam que os estudos de sucessão no Vale do Jequitinhonha mostram que a transição demográfica, os diferenciais de educação, integração campo-cidade, renda baixa, masculinização e envelhecimento no campo condicionam as emigrações.

Nas análises do Censo Demográfico de 1991 tendo como objeto de estudo o Vale do Jequitinhonha, Matos (2000) apontou que as populações dessa região evidenciavam indicadores típicos de regiões deprimidas economicamente, tais como alta mortalidade infantil e baixa esperança de vida, níveis de fecundidade relativamente altos, forte evasão de migrantes, expressiva proporção de população residente em áreas rurais,

distribuição etária desigual exibindo grande proporção de crianças e idosos e ritmo de crescimento populacional muito próximo de zero.

Neste contexto, o presente estudo examina se o desenvolvimento regional e a desigualdade estão relacionados à saída de população na região, tomando como referência as melhorias da desigualdade de renda no Brasil nos últimos anos. Ainda é objetivo deste trabalho correlacionar algumas das variáveis demográficas e sociais aos termos propostos acima. Será oferecida uma breve revisão da literatura concernente a migração, desenvolvimento e desigualdade social e, em seguida, realizar-se-á uma análise de dados através da correlação de variáveis disponibilizadas pelo Censo Demográfico e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano.

## **2 MIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL**

Carvalho (2001) ressalta que a teoria da migração possui elementos de grande importância que possibilitam medir e avaliar a atribuição das mudanças econômicas no crescimento da população. Para melhor compreensão destes elementos, faz-se necessário esclarecer as duas principais abordagens teóricas no contexto da migração. O modelo neoclássico preconiza que a decisão de migrar está pautada na busca por trabalho, melhores salários e oportunidades. A atração da população aconteceria por meio da ampliação da renda de um determinado lugar que, posteriormente, ampliaria a oferta de força de trabalho e reduziria os salários até chegar ao equilíbrio (SANTOS; BARBIERI, 2012). A abordagem histórico-estruturalista, pensamento preponderante na Geografia Brasileira (SANTOS; BARBIERI, 2012), sugere que a migração decorre da necessidade e das regras do desenvolvimento econômico e do capitalismo no país. Pode-se dizer que “as migrações transferem o grande excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, principalmente as grandes, onde predominam um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental” (BRITO, 2009).

Baeninger (2013) admite que o cenário das migrações internas no século XXI ampliou-se de tal forma, que analisar este fenômeno a luz dos movimentos estruturais e conjunturais da economia brasileira, torna a análise muito limitada. É essencial incorporar as recentes transformações provenientes da nova ordem internacional e da divisão social do trabalho mundial, que afetam as dinâmicas locais e regionais.

Para Santos (2002), os lugares possuem dinâmicas próprias e particularidades

resultantes da combinação de aspectos sociais, econômicos e sistemas de engenharia, que acarretam em acumulação desigual dentro do processo de desenvolvimento. Castles (2005) afirma que a causa mais notória das migrações é a disparidade inter-regional quanto aos níveis de rendimento, de emprego e de bem-estar social.

Seguindo uma ótica econômica, pode-se dizer que “desenvolvimento é, basicamente, o aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116). Sandroni (1994) complementa que desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) é sempre acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia e depende das características de cada país ou região.

Scatolin observa que,

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (SCATOLIN, 1989, p.6).

Dessa forma, os fluxos migratórios, de acordo com as teorias da migração, voltam-se para os locais de maior crescimento econômico ou desenvolvimento (SANTOS, BARBIERI, 2012). Gonçalves (2001) aponta que alguns fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, associados às transformações nas relações de trabalho, incluindo a precarização dessas relações, podem contribuir com o quadro de pobreza e incentiva o deslocamento compulsório de populações. Gierhake (1999, *apud* SANTOS, BARBIERI, 2012) pondera que as variações regionais no mercado de trabalho não necessariamente atraem grupos pobres, mas pessoas jovens e melhor informadas de regiões empobrecidas.

No Brasil, apesar dos avanços econômicos registrados nas últimas décadas, os altos índices de desigualdades regionais são muito evidentes, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais. Minas Gerais é um dos estados brasileiros com enormes desigualdades regionais. No passado, Minas Gerais registrou enormes perdas de população devido às emigrações para outros Estados, sendo que mais de um milhão de pessoas saíram de Minas, na década de 1960 (RIGOTTI; VASCONCELLOS, 2003).

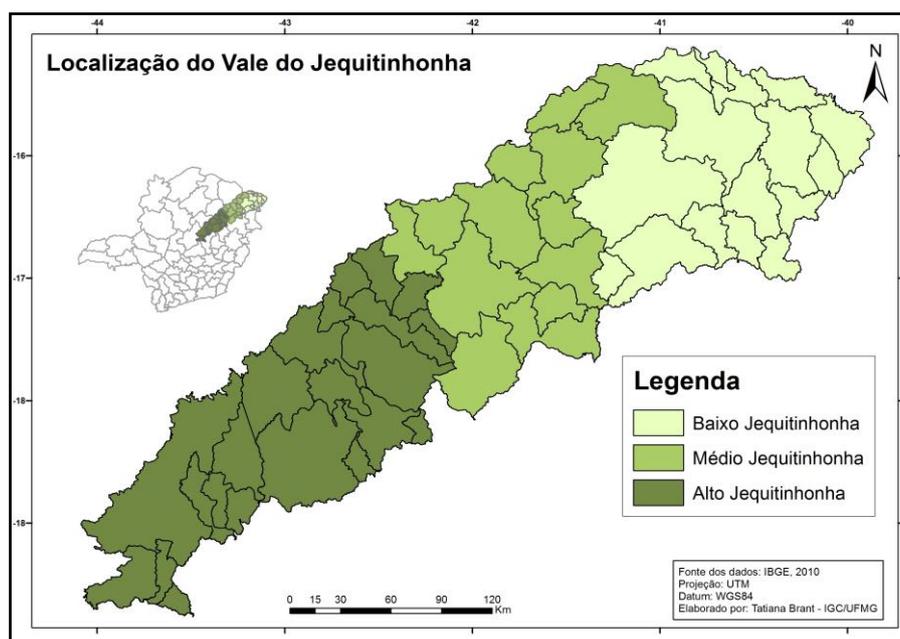
### **3 METODOLOGIA**

### 3.1 Breve caracterização da área de estudo

O Vale do Jequitinhonha (Figura 1) é uma das doze mesorregiões de Minas Gerais. Localizada na porção nordeste do Estado, é composta por 51 municípios distribuídos em 5 microrregiões geográficas. Faz divisa ao norte com as bacias do rio Pardo e com o estado da Bahia; a oeste com a bacia do rio São Francisco a leste e ao sul com as bacias do rio Mucuri e do rio Doce.

Ocupando uma extensão territorial de 50.143,249 km<sup>2</sup>, a região é cortada pela bacia do rio Jequitinhonha, que nasce sobre a Serra do Espinhaço, nas terras altas e acidentadas do Alto Jequitinhonha onde predomina o bioma cerrado. O Médio Jequitinhonha é formado pela alternância entre chapadas e grotas, ou seja, terras altas e planas e terras baixas e a vegetação apresenta aspectos semelhantes ao bioma caatinga. O Baixo é formado por terras baixas e planas e pode-se observar a presença do bioma mata atlântica.

**Figura 1 – Municípios do Vale do Jequitinhonha**



Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010) a região possui uma população de 699.413 habitantes, contribuindo com apenas 3,59% da população de Minas Gerais. Por décadas, o Jequitinhonha foi uma região que expressava grande ruralidade. Atualmente, 62% da população da região estão concentradas nas áreas urbanas, porém ainda há um grande número de pessoas residindo no meio rural. A região vem perdendo posição relativa na participação da população no Estado desde o

início da década de 1950 e esse “esvaziamento” pode ser observado pela diminuição da porcentagem da participação e pelo aumento da densidade demográfica, que atualmente corresponde a 23,8 hab./km<sup>2</sup>.

O Vale do Jequitinhonha é uma das mesorregiões de Minas Gerais com grandes percentuais de pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, taxa de fecundidade e baixos rendimentos. A região apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Minas Gerais e ocupa uma das piores posições do país. Segundo a Fundação João Pinheiro, o PIB da região também é o menor do estado e a sua participação relativa é de 1,9% do PIB de Minas Gerais. Desde a década de 70, a mesorregião vem recebendo programas sociais e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, porém a emigração ainda constitui um fenômeno de proporções consideráveis.

### *3.2 Procedimentos metodológicos*

As fontes secundárias que possibilitaram a realização das análises demográficas deste estudo são provenientes de duas fontes de dados: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) que forneceu as variáveis: população residente, população urbana, população rural, taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer, razão de dependência e emigração, ou seja, a saída de população da região de estudo. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Gini, os Rendimentos médios dos ocupados, a Renda *per capita*, a Renda *per capita* dos pobres, a Renda *per capita* dos extremamente pobres, a Renda *per capita* dos vulneráveis foram retirados do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Estes dados referem-se aos 51 municípios que compõem a mesorregião do Vale do Jequitinhonha, segundo a divisão regional do IBGE.

O IBGE considera a população residente aquela constituída pelos moradores em domicílios na data de referência de 1º de julho de 2015. Para essa contagem, o IBGE faz projeção para cada Unidade da Federação, incorporando os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base nos resultados do Censo Demográfico 2010 e nas informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos (IBGE, 2015).

O IDHM é uma medida de grau de desenvolvimento humano de um município, adaptada do IDH global. O IDHM reúne três requisitos importantes: o IDHM longevidade, o IDHM educação e o IDHM renda, simplificando em um único número a

complexidade dessas dimensões. Ele é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que apoiam a análise desse índice e aprimoram a compreensão dos fenômenos e dinâmicas direcionadas para o desenvolvimento de cada município (PNUD, IPEA, FJP, 2013). O IDHM varia em uma escala de 0 a 1 (tabela 1), incorporando cinco classificações e, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

**Tabela 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal**

Valor	Classificação
0 a 0,499	Muito Baixo
0,500 a 0,599	Baixo
0,600 a 0,699	Médio
0,700 a 0,799	Alto
0,800 a 1	Muito Alto

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, 2013

O Índice de Gini é uma medida de desigualdade relativa relacionada ao grau de concentração ou distribuição de renda de uma determinada região. O cálculo deste índice baseia-se na Curva de Lorenz que dispõe, no eixo x, os acumulados da população em ordem crescente de renda e, no eixo y, os percentuais acumulados de renda. Quanto mais próximo de 0, maior a distribuição da riqueza igualmente entre a população. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade na distribuição da riqueza.

Para estabelecer a comparação entre o IDHM e o Índice de Gini, foi necessário padronizar tais medidas que, em suma, possuem escalas diferenciadas. A padronização consiste em converter o escore bruto de uma distribuição em escore z, por meio do cálculo da média e do desvio padrão das medidas, onde:

$$Z_i = x_i - \bar{x}/s$$

A correlação das medidas padronizadas e as classificações resultantes da correlação foram realizadas no *software* Excel 2013-Microsoft, expressadas por gráfico de dispersão de pontos. As análises descritivas e comparativas das variáveis demográficas foram realizadas no *software* SPSS *Statistics* 20; e os cartogramas foram confeccionados por meio do *software* ArcGIS 10.3-ESRI.

## 4 RESULTADOS

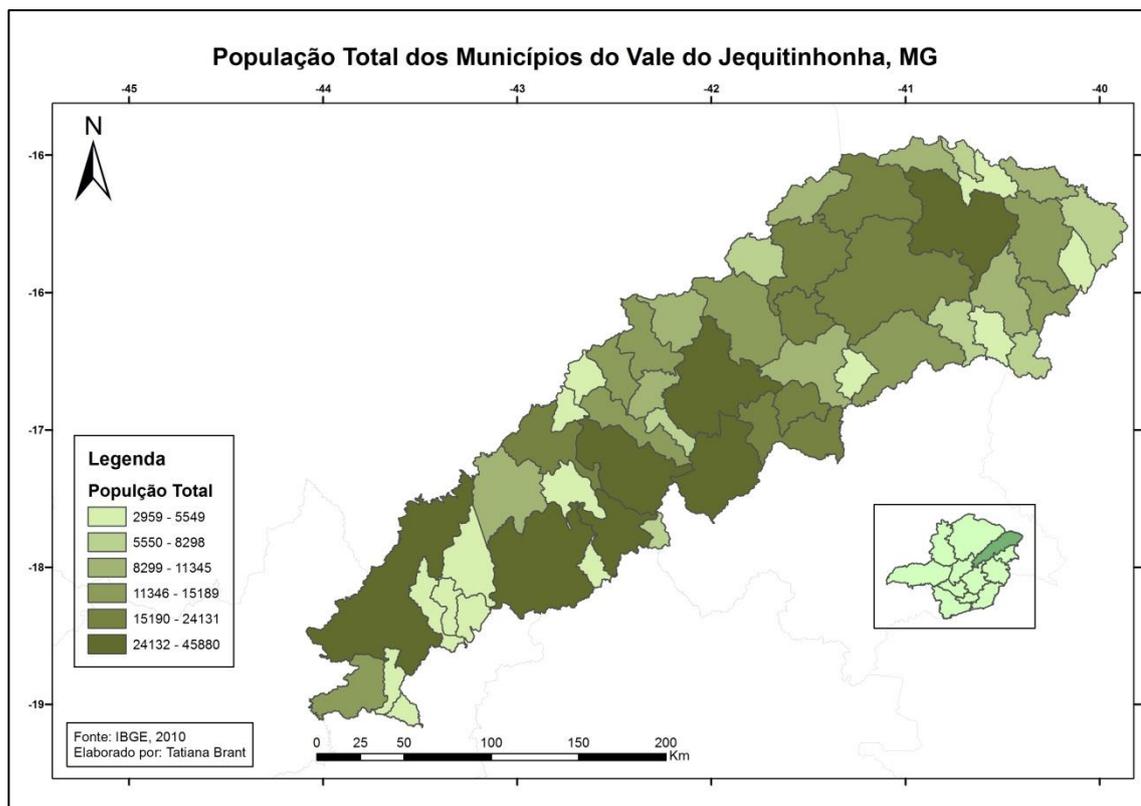
O Vale do Jequitinhonha apresentou em 2010 uma população total de 699.413 habitantes (Figura 2), composta por 50,2% de homens, demonstrando um aparente

equilíbrio entre homens e mulheres. Segundo Matos e Garcia (2010), a região do Jequitinhonha vem ostentando modesto crescimento populacional em função das sucessivas perdas populacionais que a região vem vivenciando e por estar sentindo os impactos da transição demográfica.

Ainda sobre a região, Matos e Garcia (2010) afirmam que, no passado a região apresentava altas proporções de população residindo nas áreas rurais. Conforme observamos na tabela 2, atualmente a população urbana da região (tabela 2) equivale a 435.162 habitantes ou, em termos relativos, 62,2% das pessoas vivendo nas áreas urbanas e compostas em sua maioria por mulheres (51,2%). Apesar do crescimento da população das áreas urbanas, pode-se constatar ainda um grande contingente populacional nas áreas rurais, dada em função, segundo Matos e Garcia (2010), das variações regionais da estrutura fundiária, das melhorias na infraestrutura básica, da construção da Usina de Irapé, da expansão dos programas de utilização dos recursos hídricos, do programa Bolsa Família. Tais mudanças teriam dado vitalidade à tradicional atividade da agricultura familiar. Nota-se também uma maioria de mulheres residindo nas áreas urbanas.

Quanto ao tamanho dos municípios da região, a maior população é a do município de Diamantina, que apresenta população de 45.880 habitantes e é o único da região com população superior a 40 mil habitantes; o menor município é Presidente Kubitschek, com 2959 habitantes, ambos pertencentes à sub-região do Alto Jequitinhonha. Predominam na região municípios com população entre 5.000 e 9.999 habitantes, representando cerca de 33% dos municípios, conforme observado na tabela 3.

**Figura 2 - População residente do Vale do Jequitinhonha**



**Tabela 2 – Composição da População do Vale do Jequitinhonha**

	Total		Urbana		Rural	
	Nº. Hab.	%	Nº. Hab.	%	Nº. Hab.	%
Total	699.413	100	435.162	100	264.251	100
Homens	351.117	50,2	211.977	48,8	139.140	52,7
Mulheres	348.296	49,8	223.185	51,2	125.111	47,3

Fonte: IBGE, 2010.

**Tabela 3 – Quantidade de municípios distribuídos por tamanho**

Tamanho das cidades	Quantidade de Municípios	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada
De 1.000 a 4.999	9	11,8	9
De 5.000 a 9.999	17	9,8	26
De 10.000 a 19.999	13	25,5	39
De 20.000 a 29.999	5	33,4	44
De 30.000 a 39.999	6	17,6	50
Mais de 40.000	1	1,9	51

Fonte: IBGE, 2010

Alguns indicadores demográficos da região estão dispostos na tabela 4. Nota-se que a média da taxa de fecundidade<sup>1</sup> da região, que é 2,21, está acima da média nacional, que é de 1,84 (IBGE, 2010). Observa-se ainda que a taxa de fecundidade mais alta é de 3,01, que refere-se ao município de Monte Formoso e a mais baixa, 1,47 refere-se ao município de Gouveia. Dos 51 municípios analisados, 86,2% possuem taxas de fecundidade acima da média nacional.

A esperança de vida<sup>2</sup> da região surpreende ao demonstrar uma média muito acima da média nacional que é 73,08. Porém, ao analisarmos o quantitativo de cada município, é possível notar que apenas 18 possuem esperança de vida acima da média nacional. O município com pior situação é Palmópolis e a melhor situação é Salto da Divisa.

A média calculada da razão de dependência<sup>3</sup> da região demonstra um número acima da média nacional que é 55,20. Dos 51 municípios, 28 possuem esse indicativo acima da média do país. A pior situação encontrada foi no município de Monte formoso e melhor no município de Gouveia.

Diante de tais resultados, é possível inferir que a região vem entrando de forma muito lenta na transição demográfica e, alguns indicadores apresentam melhores resultados nos municípios com melhores investimentos em infraestrutura, educação e saúde. Estes indicadores estão entre aqueles que são de grande importância para aferir níveis de qualidade de vida da população (MATOS; GARCIA, 2010).

**Tabela 4 – Indicadores demográficos do Vale do Jequitinhonha**

Indicadores	Valor mínimo	Valor máximo	Média	Desvio Padrão
Taxa de Fecundidade	1,47	3,01	2,21	0,32
Esperança de Vida ao nascer	69,29	75,74	76,61	1,38
Razão de dependência	45,59	74,64	56,11	5,83

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, 2013

1 Refere-se ao número médio de filhos que uma mulher pode ter o longo da sua vida.

2 É o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano de observação.

3 Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A figura 3 representa a distribuição do rendimento médio da população ocupada com 18 anos ou mais e demonstra um grande número de municípios com rendimento médio bastante modesto. Todos os municípios da região apresentaram valores inferiores aos valores do Estado de Minas Gerais, que corresponde a R\$1296,19 ou mesmo das famílias brasileiras, que é de R\$1.165, 54.

Variações do indicativo da Renda *per capita*<sup>4</sup> foram analisadas individualmente e representadas nas figuras 4 e 5. A renda *per capita* da região configura-se como uma das piores do Estado e apenas 5 municípios se destacam com renda *per capita* entre R\$446,00 a R\$597,00, ou seja, os melhores quantitativos encontrados são inferiores à Renda per capita do Estado, que é de R\$ 749,69. Ao analisarmos os números das Rendas *per capita* dos extremamente pobres<sup>5</sup>, dos pobres<sup>6</sup> e dos vulneráveis à pobreza<sup>7</sup>, podemos perceber um valor médio é muito reduzido mesmo nos municípios com melhor situação.

A partir desse panorama, pode-se constatar que a região ainda apresenta uma elevada desigualdade na distribuição média da renda. Segundo Vieira, Albert e Bagolin (2007), alguns estudos certificam que a distribuição da renda ainda é muito dependente da correlação entre educação e políticas públicas sobre as funções do mercado de trabalho, sendo as diferenças no nível de educação o fator de maior poder explicativo da renda familiar per capita no Brasil. A análise de outros indicadores de desigualdade e desenvolvimento se faz essencial para o entendimento do cenário dessa região.

---

4 Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010 (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

5 Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

6 Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

7 Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Figura 3 - Rendimento Médio dos Ocupados

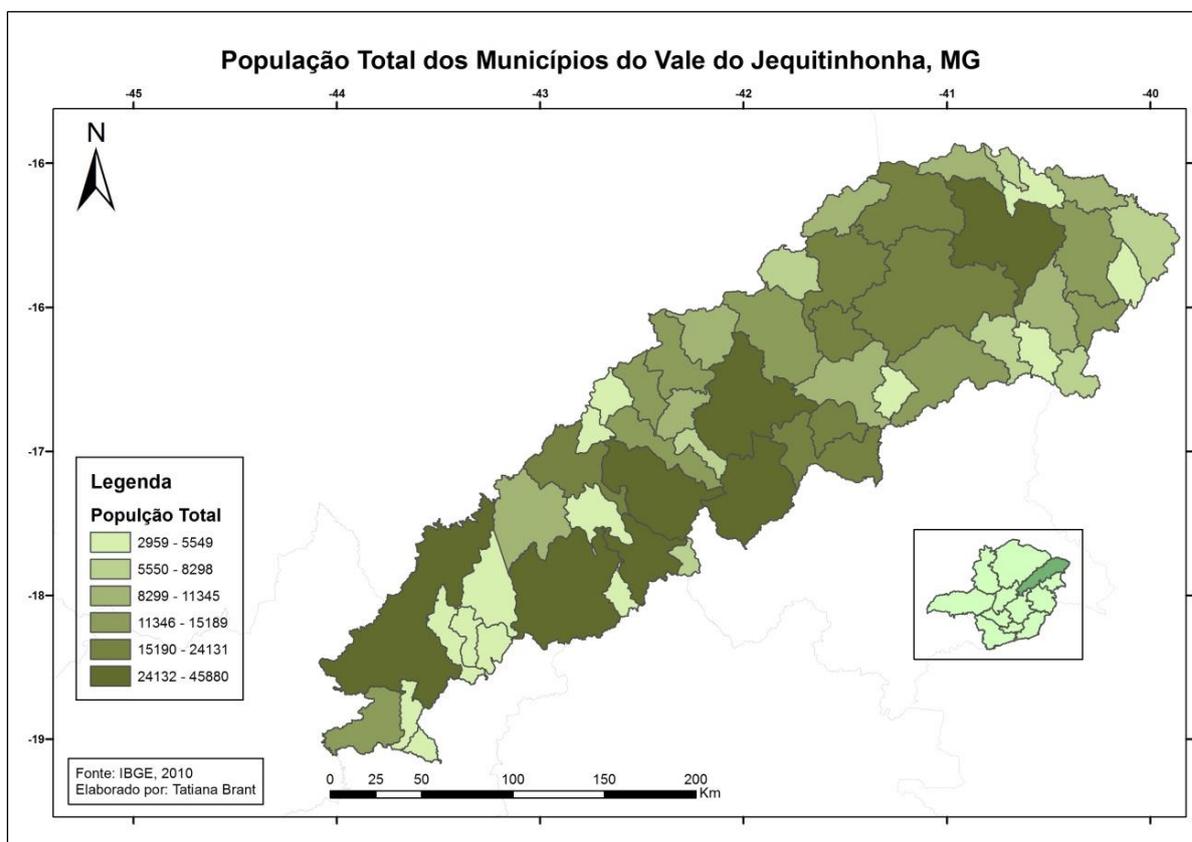


Figura 4 – Renda Per Capita

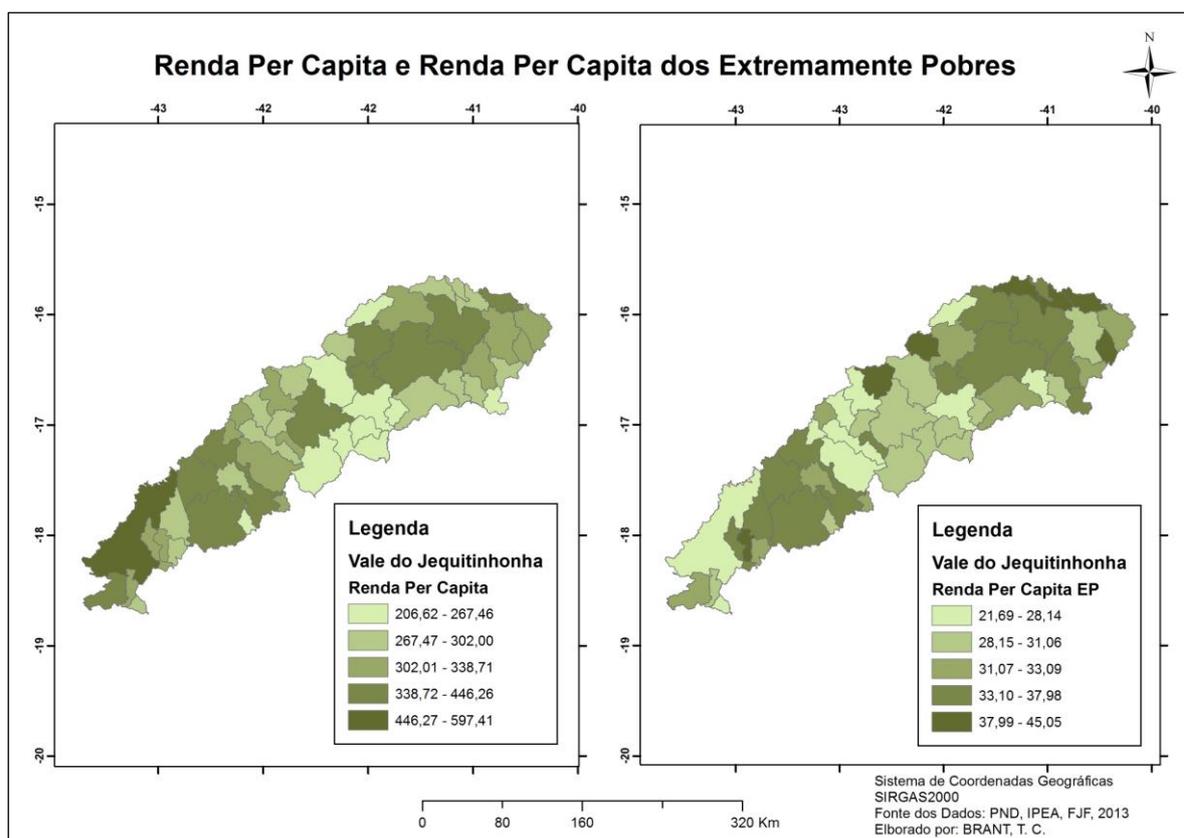
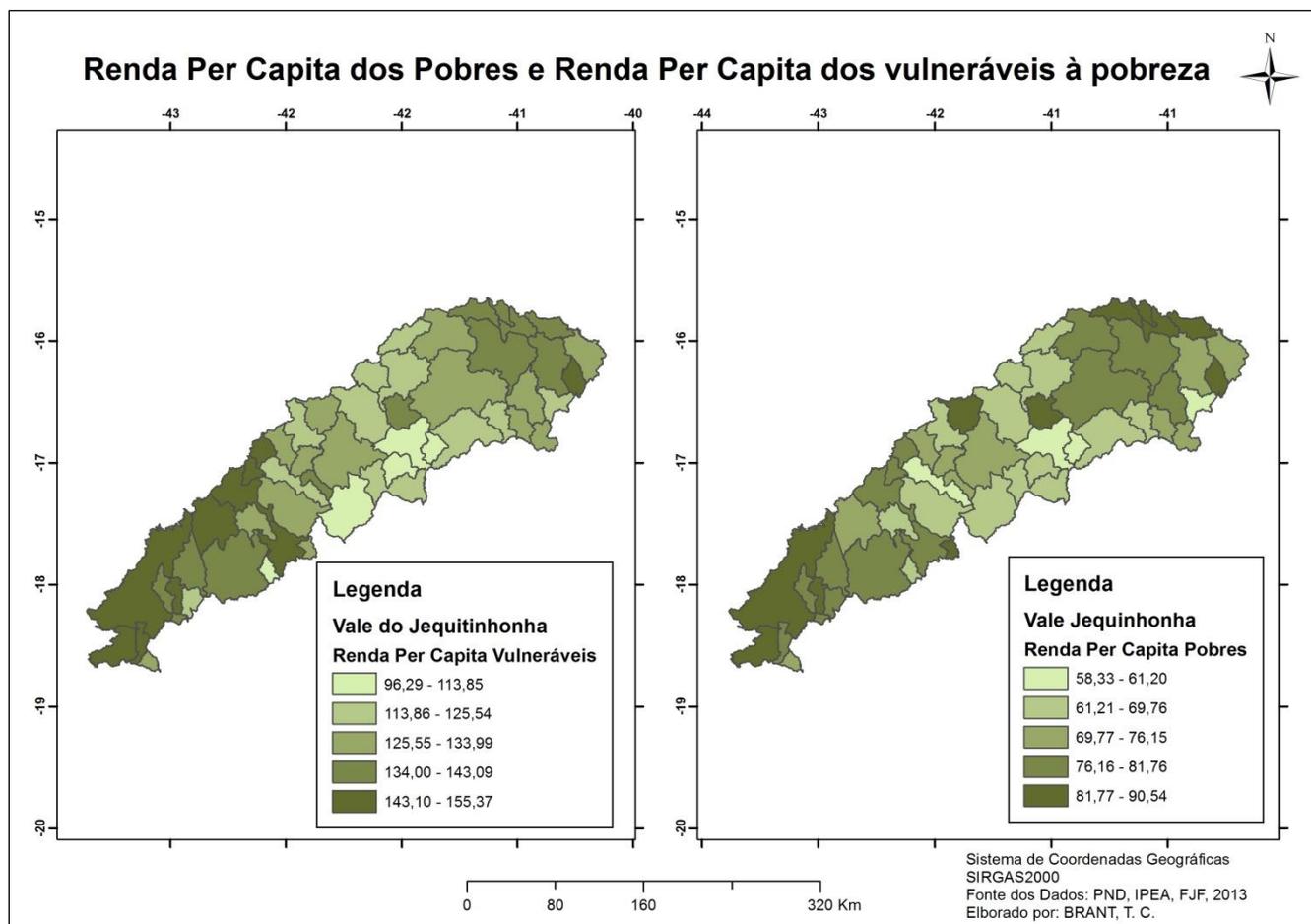


Figura 5 – Renda Per Capita

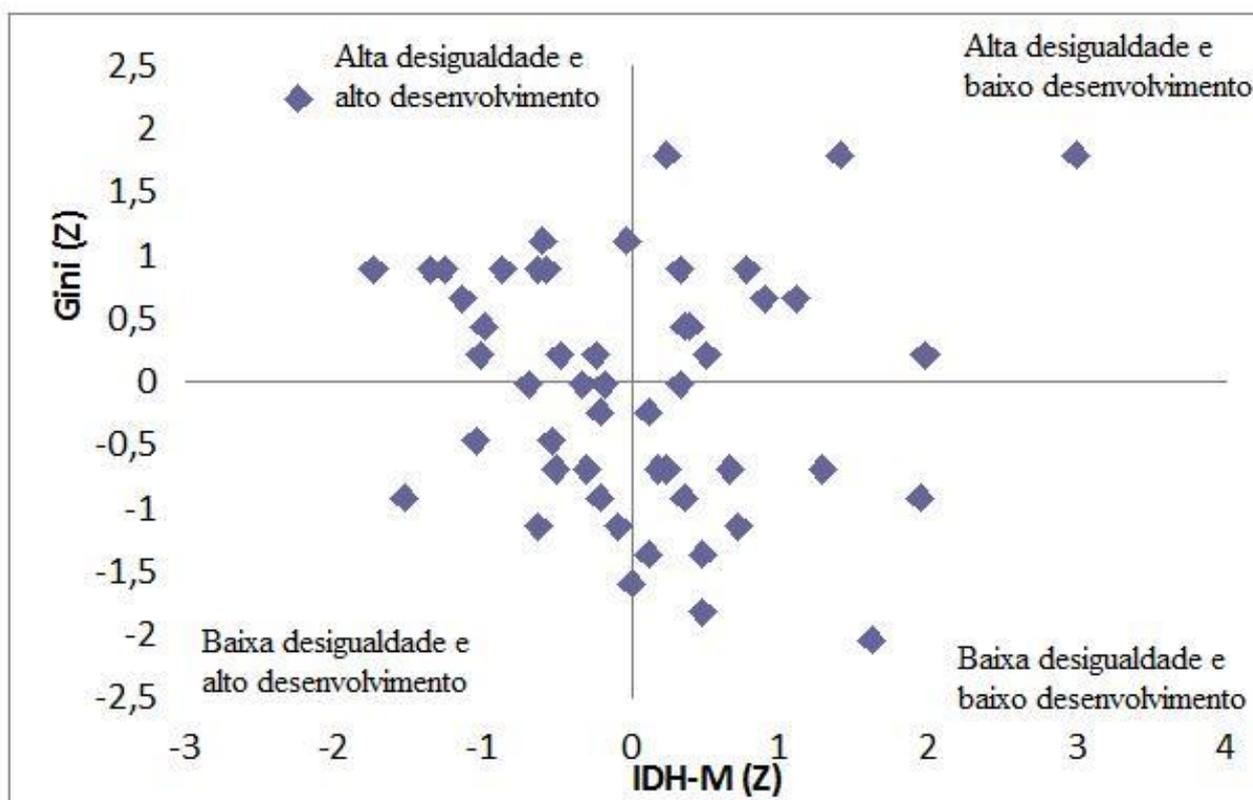


No gráfico de dispersão abaixo (figura 6), o índice de Gini e o IDHM padronizados demonstram a correlação entre os dois indicadores. Dessa forma, é possível perceber uma distribuição equilibrada nos quatro quadrantes do diagrama. O primeiro quadrante indica os municípios da região que possuem alta desigualdade e alto desenvolvimento, ou seja, apesar do alto desenvolvimento a riqueza não é distribuída uniformemente entre a população. No segundo, foram representados municípios com alta desigualdade e baixo desenvolvimento, demonstrando a pior situação em termos de avanços sociais e econômicos. O terceiro é representado pela melhor situação, pois indica municípios que possuem baixa desigualdade, ou seja, uma riqueza melhor distribuída e alto desenvolvimento econômico. O quarto quadrante demonstra os municípios que possuem baixa desigualdade, porém o desenvolvimento social também é baixo.

A figura 7 esclarece este comportamento e aponta que a melhor situação, de baixa desigualdade e alto desenvolvimento, encontra-se entre o Alto e Médio

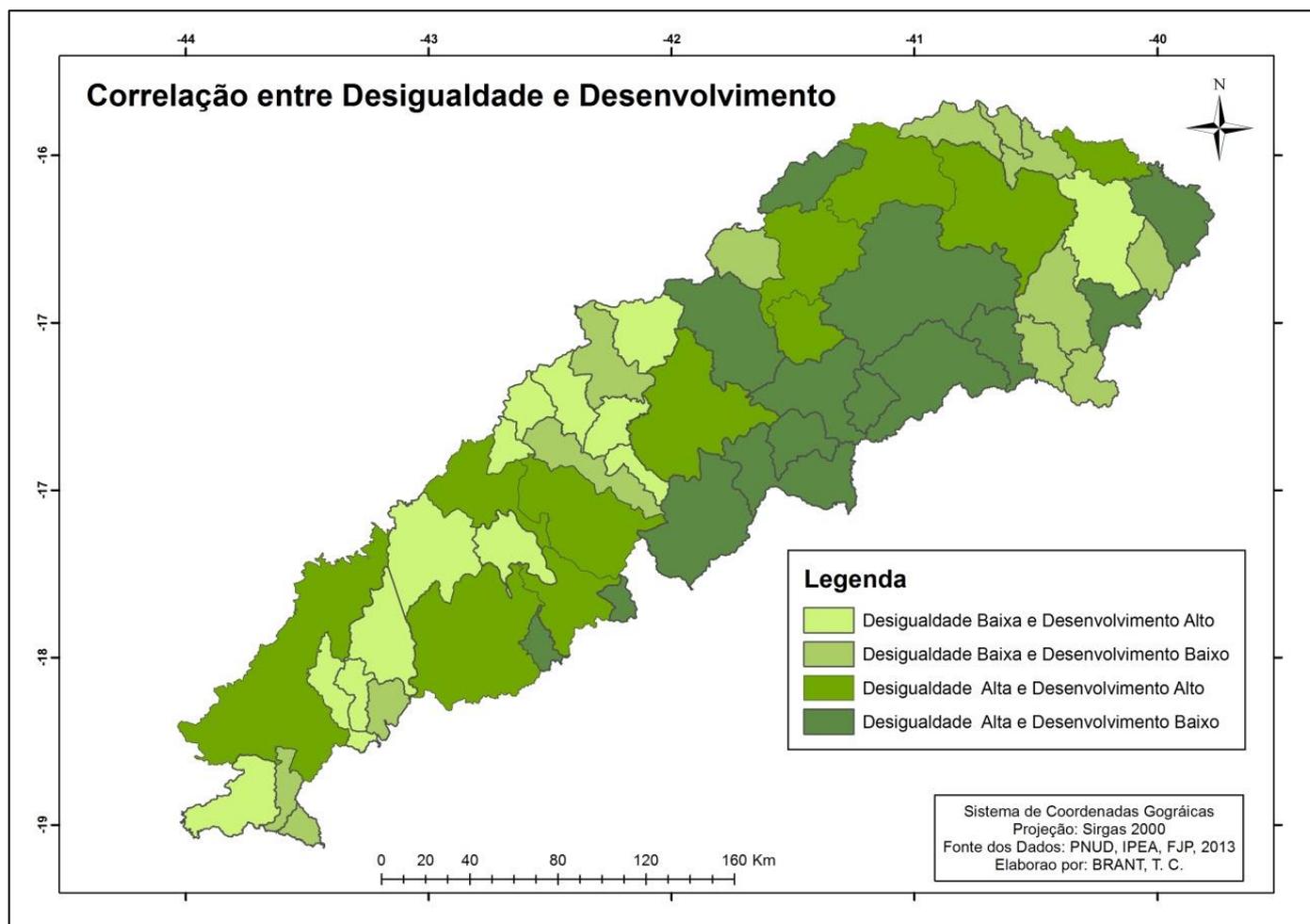
Jequitinhonha e apenas um município do baixo apresentou este comportamento. A pior situação, de alta desigualdade e baixo desenvolvimento pode ser observada na parte intermediária da região, abrangendo alguns municípios do alto e a maior parte dos municípios do médio Jequitinhonha.

Figura 6 – Relação entre Índice de Gini (Z) e IDHM (Z)



Fonte: PNUD, IPEA, FJP, 2013

Figura 7 - Correlação entre Desigualdade e Desenvolvimento

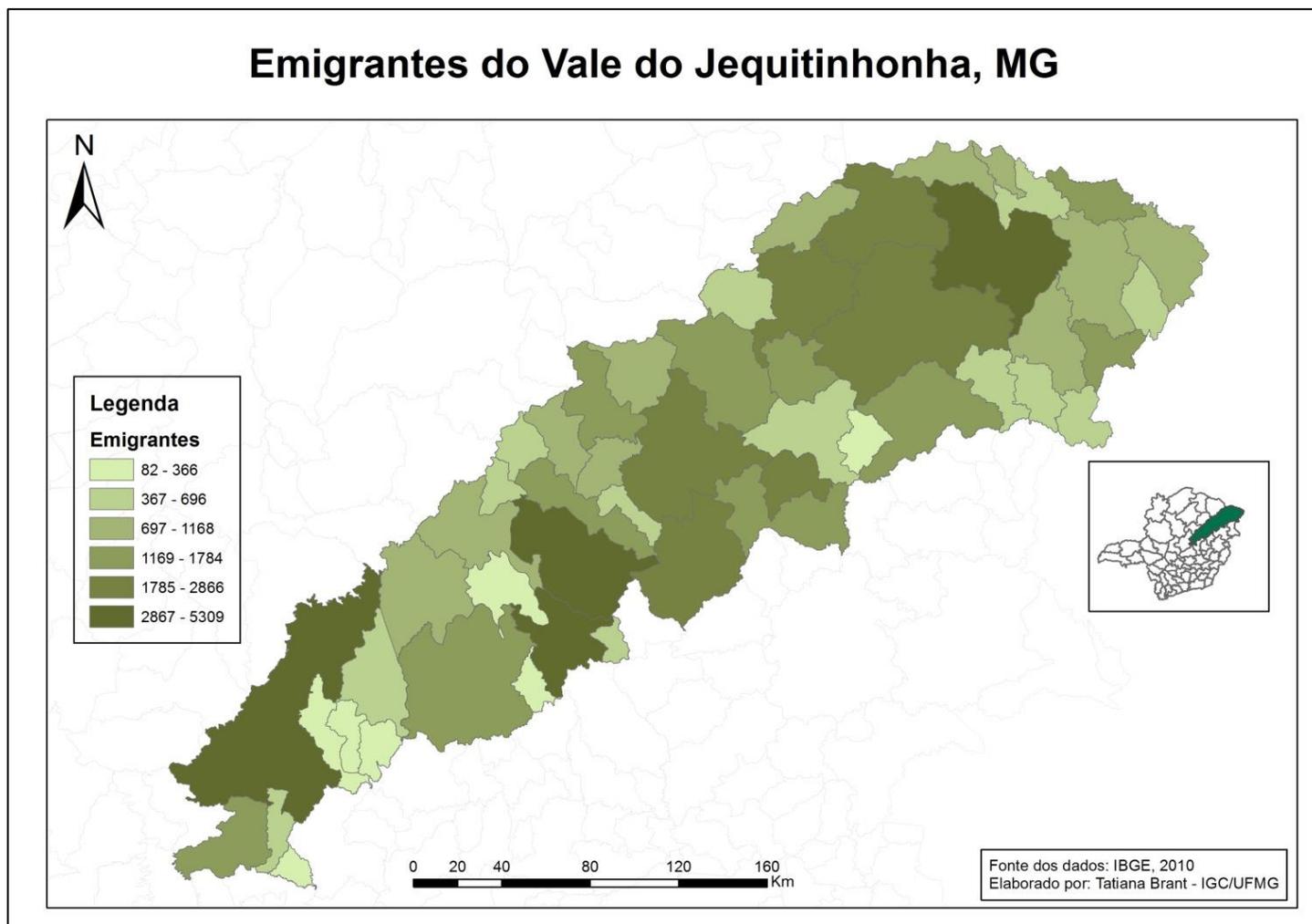


Apesar dos estudos de Salm, 2006; Arbix, 2007; Soares, 2008; Nóbrega, 2009 revelarem uma redução da desigualdade na maior parte das regiões brasileiras, há ainda enormes disparidades interestaduais e intraestaduais, sendo que este último aspecto, ainda agrega as disparidades regionais. Apesar dos rendimentos médios da população e a renda per capita do Jequitinhonha apresentarem-se bastante modestos, pode-se perceber que há um número considerável de municípios com desenvolvimento alto e desigualdade baixa ou relativamente alta. Os municípios que apresentam níveis preocupantes ocupam a área centro-sul da região e são municípios que ainda apresentam registros desfavoráveis de indicadores sociais e demográficos.

A figura 8 representa os números da emigração na região. Três municípios se destacam: Diamantina, Capelinha e Almenara. Estes municípios apresentam grandes populações e estão entre os municípios com melhores indicadores sociais e demográficos. São municípios que também estão dentro da faixa de alto desenvolvimento e alta desigualdade. Podemos notar que uma grande parte dos

emigrantes procede das sub-regiões do médio e baixo Jequitinhonha e que apresentam desenvolvimento baixo e desigualdade alta.

**Figura 8 - Emigração no Vale do Jequitinhonha**



Segundo Durham (1973), os deslocamentos de população decorrem, em geral, das situações de fome e miséria a qual determinada população é submetida. Porém uma situação singular se apresenta ao verificarmos que algumas áreas de maior saída de população são também áreas de alto desenvolvimento e alta desigualdade. Todavia, uma hipótese pode ser levantada com relação a tal situação: a melhoria da educação e da qualificação profissional no alto e médio Jequitinhonha em função da implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e dos Institutos Federais do Norte e Nordeste de Minas, em Diamantina e Araçuaí. Tal cenário carece de um aprofundamento das investigações para maior esclarecimento da situação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A maior parte das análises realizadas neste trabalho corrobora com outros estudos já realizados, de autoria de Matos, 2000; Ribeiro e Galizoni, 2000; Matos e Garcia, 2010. São constatações desses estudos o tamanho modesto da população dos municípios, a ruralidade bastante relevante, apesar de já demonstrar níveis consideráveis de urbanização. O número de homens nas áreas rurais ainda é maior, porém essa tendência vem se reduzindo.

A região demonstra certa fragilidade socioeconômica ao apresentar modestos rendimentos médios, baixa renda per capita, altas taxas de fecundidade na maior parte dos municípios, alta razão de dependência, comparados às médias do Estado.

Poucos municípios apresentaram bons indicadores sociais e econômicos e que se correlacionam com alto desenvolvimento e baixa ou relativamente alta desigualdade. Quanto aos dados de emigração, alguns municípios pertencentes a essa classificação demonstraram número elevado de emigrantes, assim como municípios de baixo desenvolvimento e alta desigualdade. O aumento dos investimentos em qualificação e na educação para as primeiras áreas e, a falta desses investimentos para as segundas áreas são hipóteses a serem investidas.

A partir dos levantamentos realizados, surgiram algumas perguntas: em que medida desenvolvimento regional e a desigualdade contribuem com a emigração na região? Por que as áreas mais desenvolvidas expulsam populações tanto quanto as áreas menos desenvolvidas? Quais investimentos colaboraram com a melhoria do desenvolvimento em algumas áreas da região?

Este estudo apresentou algumas limitações quanto à metodologia utilizada e a incorporação de outras variáveis demográficas e sociais, assim como a utilização de métodos quantitativos mais sofisticados podem contribuir com o aprofundamento das investigações.

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século XXI: entre o local e o global. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 18., Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia: ABEP, 2013

BOTELHO, M. I. V.; **Experiências e vivências na migração sazonal**. Unimontes Científica. Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.

BRITO, Fausto. “As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes”. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

Disponível em: [www.ence.ibge.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=372914de-2447-4554-8cdf-39be99c368e3&groupId=37690208](http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=372914de-2447-4554-8cdf-39be99c368e3&groupId=37690208)

CARVALHO, J. A M. Para onde iremos: algumas tendências populacionais do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v.18, n.1/2, 2001, p. 7-13.

CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**. Lisboa: Edições Fim de Século, 2005.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. In: OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

GIERHAKKE, K. Regional Development planning in the tropical lowlands of the Cochabamba Departamento (Bolívia). *Applied geography and development*, v. 53, p. 42-74, 1999. In: SANTOS, R. O.; BARBIERI, A. F. Reflexões sobre população, migrações e planejamento regional para o desenvolvimento. **Território, mobilidade populacional e ambiente**. Governador Valadares, Editora Univale, 2012, p.135-156.

GONÇALVES, A. J. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, n.15, v.43, 2001, p.173-184.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação**

## **Brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015.2015**

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE).  
**Entendendo o índice de Gini.** Secretaria de Gestão e Planejamento do Ceará.

JANSEN, C. Some Sociological aspects of migration. Migration. Cambridge: Cambridge University Press, 1969, p. 60-73. In: GONÇALVES, M. O. B. **Migração e Desenvolvimento.** Porto: Editora Fronteira do Caos, 2009.

MATOS, R. **Populações do Vale do Jequitinhonha e movimentos migratórios.** Anais IX Seminário de Economia Mineira. UFMG/ Cedeplar, 2000.

MATOS, R.; GARCIA, R. A. A população do Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. (Org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos.** Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010, p. 97-127.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. **Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, MG.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul./dez. 2013, p. 445-463.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas de Desenvolvimento Humano e Econômico.** 2013.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs) **População e meio ambiente: debates e desafios.** São Paulo: Senac, 2000.

RIGOTTI, J. I. R.; VASCONCELLOS, I. R. P. As migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do século XXI. In: MENDONÇA, J. G.; GODIM, M. H. L. **População: espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades.** Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003, p.43-72.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994. In: OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

SCATOLIN, Fábio Dória. Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, R. O.; BARBIERI, A. F. Reflexões sobre população, migrações e planejamento regional para o desenvolvimento. In: GUEDES, G. R.; OJIMA, R. **Território, mobilidade populacional e ambiente**. Governador Valadares, Editora Univale, 2012, p.135-156.

VIEIRA, C. da; ALBERT, C. E. BAGOLIN, I. P. **Crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil: uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais**. Porto Alegre, PUC, 2007.